

CLIPPING IMPRESSO

20/02/2020



INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. PRESIDÊNCIA.....	1
1.2. PUBLICIDADE LEGAL.....	2
2. JORNAL O DEBATE	
2.1. DECISÕES.....	3
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. VARA CRIMINAL.....	4 - 5
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. VARA CRIMINAL.....	6

PH

PERGENTINO HOLANDA

.....
ph@mirante.com.br
@holandaph

Visita de Pedro Ribeiro ao TJMA

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo, recebeu a visita do novo comandante-geral da Polícia Militar, coronel Pedro Ribeiro, com quem conversou sobre assuntos de interesse das duas

instituições, bem como sobre a importância do trabalho da Polícia Militar para a segurança dos cidadãos maranhenses. Pedro Ribeiro assumiu o cargo de comandante-geral da Polícia Militar do Maranhão no dia 12 deste mês.



**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**AVISO DE REABERTURA DE PRAZO
Pregão Eletrônico SRP nº 09/2020
Processo nº 51.988/2019**

Objeto: Registro de preços objetivando o Fornecedor de ares-condicionados objetivando atender às necessidades de diversos setores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão; **Abertura:** 09/03/2020 às 10:00h (horário de Brasília-DF); **Local:** www.comprasgovernamentais.gov.br; **Informações:** Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. CEP: 65.010-190; **E-mail:** colicitacao@tjma.jus.br; **Fone:** (98) 3261-6181/6194. São Luís/MA, 20 de fevereiro de 2020. **Allyson Frank Gouveia Costa – Pregoeiro TJMA.**

CONDENAÇÃO

Exigência de caução para internação é considerada prática abusiva

Decisão da 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) enfatizou o entendimento de que é pacífico, tanto na corte estadual quanto nos tribunais superiores, que a exigência de cheque como forma de caução para atendimento médico-hospitalar de urgência/emergência configura ato ilícito. Baseado nisso, o órgão manteve a condenação de indenização de R\$ 5 mil, a título de danos morais, a ser paga pelo Hospital São Domingos a uma paciente.

O hospital pediu a reforma da decisão, alegando que a paciente emitiu os títulos, sabendo que não possuía fundos para cobrir os cheques. Afirmou, também, que a autora da ação não se encontrava em risco de morte, não estando ela em situação emergencial.



O desembargador Jaime Ferreira de Araujo (relator) disse que, apesar das argumentações no recurso, o agravante não apresentou razões aptas a dar motivo à retratação pedida. Afirmou que o cerne da questão gira em torno da possibilidade ou não da condenação por danos morais pela apresentação de cheque caução para atendimento

emergencial pelo hospital.

O relator verificou nos autos que a autora da ação juntou comprovante de residência de sua mãe, carteira de identidade para comprovar a filiação, relatório médico e dois cheques no valor de R\$ 10 mil.

Para o desembargador, o hospital agiu com imprudência, ao solicitar os cheques como forma de caução para

atendimento/internação da mãe da autora em regime de Unidade de Tratamento Intensivo (UTI).

O magistrado citou trechos da sentença de origem, segundo a qual, de acordo com relatório médico, a paciente foi considerada grave, admitida com quadro de insuficiência respiratória e outros diagnósticos que indicaram a necessidade de vaga em UTI.

A sentença de origem disse não restar dúvida de que a empresa ré deve ser obrigada ao pagamento de indenização a título de danos morais, afirmando ser pacífica, inclusive, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) nesse sentido.

Os desembargadores Paulo Velten e Luiz Gonzaga também negaram provimento ao recurso do hospital.

17 ANOS DE CADEIA

Padrasto que matou enteado de 9 meses é condenado

SAULO DUAILIBE

A Justiça do Maranhão condenou Francielson Gomes Pereira, de 20 anos, a 17 anos e sete meses de cadeia por ter assassinado, a golpes de facão, o enteado Ângelo Gabriel Borges, de apenas 9, em julho de 2018. O crime aconteceu na cidade de Governador Edison Lobão, distante cerca de 630 km da capital maranhense.

Francielson confessou o homicídio e disse que matou a criança porque a mãe do bebê queria se separar dele.



Relembre o caso

Na manhã do dia 30 de julho de 2018 foi marcada por um crime brutal, em Governador Edison Lobão. Francielson Gomes Pereira foi preso por ter assassinado o enteado de 9 meses.

Segundo informações de populares, o casal estava em fase de separação e após uma discussão, Francielson aplicou os golpes de facão no pescoço do enteado que estava sem a mãe por perto no momento. Ele foi capturado logo após o crime ainda nas redondezas da casa.

O delegado da regional de Imperatriz, Eduardo Galvão, informou que o casal estava junto há apenas cinco meses e que a mãe da criança tem apenas 15 anos. “Ainda não se sabe ao certo a motivação do crime. Todas as vezes que a menina ameaçava sair de casa, ele dizia que iria se matar”, informou o delegado.

Ele foi levado para 10ª Delegacia Regional de Imperatriz, onde foi apresentado para a polícia para os procedimentos cabíveis. Ele foi autuado em flagrante por homicídio triplamente qualificado.

Plano para matar a companheira

Francielson prestou depoimento na época e confessou a autoria do crime. Ele, que tinha 18 anos, quando cometeu o crime, não aceitou o término do relacionamento com a mãe da criança. Para a polícia, o criminoso planejava também matar a ex-companheira.

De acordo com informações policiais, a mãe do bebê saiu de casa no horário do almoço, deixando a criança com Francielson. Ao retornar, se deparou com o filho caído no chão, ensanguentado. “Ele disse que agiu por impulso. Ele conseguiu fazer a criança dormir, e impulsivamente matou a criança”, informou o delegado Eduardo Galvão, de Imperatriz. Segundo apurado pelos oficiais, Francielson tirou a criança da rede, colocou-a na cama e passou a desferir golpes de facão, até que tivesse certeza que ela estava morta.

Ele conseguiu fazer a criança dormir, e impulsivamente matou a criança

Sem arrependimento

Francielson Gomes Pereira, não tinha passagens pela polícia, não trabalhava e não era usuário de álcool ou drogas. Após assassinar o enteado, não demonstrou arrependimento algum: ao contrário, esperou pela polícia sentado em frente à casa onde o crime aconteceu. “Ele veio de lá [do local do crime] a Imperatriz sem dizer uma palavra. Só falou porque estava na presença da mãe dele, que colocou pressão”, informou o Delegado.

A polícia trabalha com a hipótese de que Francielson pretendia, além de matar a criança, assassinar a ex-companheira, pois ao lado dele foi encontrado um punhal. “Ele matou a criança, e esperava que a mãe se aproximasse do corpo”, disse o delegado. A partir daí, a ideia era apunhalar a garota pelas costas, já que a adolescente saiu correndo ao perceber que o filho estava morto.

Separação acertada

Em depoimento à polícia, a mãe da criança informou que o casal costumava brigar muito. A separação, no entanto, já estava acertada: ela iria para a cidade natal, Itinga do Maranhão, a 154 km de Governador Edison Lobão, assim terminando o relacionamento com o autor do crime.

Gil Cutrim diz que estudo apresentado por Dias Toffoli à Câmara dará celeridade aos julgamentos do Tribunal do Júri

Presidente do STF entregou documento com sugestões que serão analisadas pela Comissão Especial do Código do Processo Penal

LUIS MACEDO/AGÊNCIA CÂMARA

GIL MARANHÃO

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, entregou nessa quarta-feira (19), ao presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), documento com várias sugestões com vistas a desburocratizar e dar mais celeridades aos julgamentos do Tribunal do Júri – os chamados crimes dolosos contra a vida. Da reunião participaram parlamentares que integram a Comissão Especial que discute sugestões para o Novo Código do Processo Penal (CPP).

O deputado federal Gil Cutrim, do Maranhão, que integra a Comissão Especial do CPP e participou da reunião de Toffoli com Maia, em entrevista exclusiva ao Jornal Pequeno, em Brasília, destacou que o documento traz propostas que resultam de um estudo feito pelo ministro e técnicos do Supremo, como forma de dar celeridade aos julgamentos do Júri Popular. “Eu sou favorável às sugestões apresentadas pelo presidente do STF. As sugestões vão para análise da Comissão Especial do CPP”, afirmou.

MOROSIDADE

O parlamentar maranhense ressaltou que atualmente há uma morosidade muito grande nos julgamentos, principalmente no Tribunal do Júri. “Primeiro, com o tempo destinado aos oradores, tanto de defesa como de acusação, que não tem limite, passam dias acusando e falando”, disse. “Segundo, o número de testemunhas que é exigido de cada lado. Tudo isso acarreta morosidade no desfecho do



Deputado Gil Cutrim e outros membros da Comissão Especial do Novo Código do Processo Penal participaram da reunião do ministro Dias Toffoli com Rodrigo Maia

julgamento”, completou o deputado.

Cutrim destacou que “o que está sendo proposto para análise da Comissão Especial pelo ministro Dias Toffoli e técnicos do STF, que fizeram grande estudo sobre o tema, vem calhar para dar celeridade que o juricionado está precisado: diminuir tempo, despesas”, frisou.

A Comissão Especial do Novo Código do Processo Penal é presidida pelo deputado Fabio Tradd (PSD-MS) e tem como relator o João Campos (Republicanos-GO). O colegiado vai apresentar o relatório nos próximos meses.

PROPOSTA DE TOFFOLI

Atualmente, o Tribunal do Júri é formado por um juiz de direito e 25 jurados que têm competência para julgar os crimes e detêm soberania em relação às suas decisões. Entre as propostas apresentadas pelo ministro Dias Toffoli estão a diminuição das possibilidades de adiamentos inúteis da sessão de julgamento do Tribunal do Júri, como a possível instalação da sessão mesmo diante da presença de quantitativo inferior a 15 jurados.

Na reunião com Rodrigo Maia e parlamentares, o presidente do STF afirmou que o objetivo

do documento apresentado é combater os crimes dolosos contra a vida. “Fizemos um diagnóstico sobre todos os processos de júri no Brasil, inclusive dividido por estado, com dados sobre feminicídio e atuação da polícia. É um diagnóstico aprofundado para combater a epidemia de crimes contra a vida”, afirmou o presidente do STF. Ano passado, em uma sessão plenária do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ele disse que o número de homicídios no Brasil precisa ser enfrentado. Segundo ele, foram 500 mil homicídios a cada dez anos.